

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

**INSTITUTO QUADRIX
E OUTRAS INSTITUIÇÕES**



SÓ 
QUESTÕES

SEDES-DF

ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (EDAS)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros
- ▶ Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Normativos da Assistência Social
- ▶ Direitos, Violações De Direitos e Vulnerabilidades Sociais
- ▶ Programas, Benefícios E Instrumentos Socioassistenciais Do Distrito Federal



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SEDES-DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (EDAS)

EDITAL Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2026

CÓD: OP-124MA-26
7908403594597

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros.....	63
3. Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Normativos da Assistência Social.....	79
4. Direitos, Violações De Direitos e Vulnerabilidades Sociais	103
5. Programas, Benefícios E Instrumentos Socioassistenciais Do Distrito Federal	127

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (QUADRIX - 2025)

Texto para a questão

Saúde é democracia

“Saúde é democracia” é uma expressão que decorre da ideia de que “Democracia é saúde”, defendida pelo sanitarista Sergio Arouca em seu discurso de abertura na 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS), realizada em 1986. Naquele momento, em pleno processo de redemocratização do Brasil, discutia-se um novo paradigma do conceito ampliado de saúde que se materializa, apesar de todas as resistências políticas e econômicas, na criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em sua fala, Arouca explicou essa mudança de paradigma, a partir de sua interpretação do conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde, afirmando que saúde não é simplesmente ausência de doença: “é um bem-estar social que pode significar que as pessoas tenham mais alguma coisa do que somente não estar enfermos: que tenham direito à casa segura, ao trabalho, ao salário condigno, à água, à vestimenta, à educação, às informações sobre como dominar o mundo e transformá-lo. Que tenham direito ao meio ambiente que não lhes seja agressivo, e que, pelo contrário, permita uma vida digna e decente. Direito a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e autodeterminação de um povo, e que não esteja todo tempo submetido ao medo da violência, da violência derivada da miséria, e que resulta no roubo. Que não esteja também submetido ao medo da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não são do povo”.

Essa definição de saúde está diretamente relacionada ao conceito de democracia, não sendo possível melhorar a saúde das pessoas se não melhorar em paralelo a qualidade geral de vida, o que, por sua vez, também não é possível enquanto persistir um modelo econômico concentrador de renda e excludente e um modelo político autoritário.

Diante do cenário recente de ameaças à democracia brasileira, a direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e a outras

conquistas da população, o site PenseSUS relembra as expressões “Saúde é democracia” e “Democracia é saúde”, ressaltando que, do mesmo modo que um processo democrático foi fundamental para implantar o SUS, a resistência a partir do movimento sanitário que lhe deu base e sustentabilidade se faz ainda mais necessária, em defesa da democracia em nosso país.

Internet: <pensesus.fiocruz.br> (com adaptações)

Considerando-se o contexto das frases, assinale a opção em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- (A) Nenhuma cessão de fisioterapia será iniciada sem antes um profissional auferir a pressão arterial do paciente afim de evitar oscilações cardíacas.
- (B) O oftalmologista decidiu delatar as pupilas do paciente, por que precisava de mais informações a respeito do quadro clínico do jovem, para ratificar seu diagnóstico.
- (C) Há cerca de 30 anos, tentou-se retificar um limitado conceito de saúde, porque havia a necessidade de esclarecimentos acerca da concepção de democracia.
- (D) O paciente efetivou seu tratamento com seções de banho de acento frequentes e obteve resultados positivos a cerca de uma semana.
- (E) O médico teve o registro profissional caçado, ao tachar, indevidamente, serviços discriminados e tabelados pelo governo.

2. (QUADRIX - 2023)

Assinale a alternativa em que todos os vocábulos estão **corretamente** grafados.

- (A) chícara, xerife, xará
- (B) enxaqueca, enchente, mexer
- (C) enxofre, deboche, mecherico
- (D) encharcar, enxurrada, chará
- (E) puxar, mochila, xuxu

3. (QUADRIX - 2023)

Ao procurar um serviço de saúde, um paciente pode estar aflito, inseguro e fragilizado pela suspeita de um problema. Essa situação só é agravada pela confirmação de um diagnóstico. Por isso, um atendimento médico de qualidade pode não ser o suficiente para proporcionar uma boa experiência na instituição.

Desde o momento em que se entra na clínica ou no hospital, faz toda a diferença o modo como uma pessoa é recebida, ouvida e orientada. Dessa forma, desde os funcionários da recepção até os médicos, é fundamental que o paciente tenha toda a ajuda possível, dando uma sensação de mais conforto e tranquilidade.

Nesse sentido, a medicina humanizada é uma proposta de atendimento médico diferenciada, que coloca as necessidades dos pacientes em primeiro lugar. Assim, não depende apenas dos médicos, mas de toda a equipe que interage com os pacientes.

A proposta de humanização da saúde começou a ser implementada no Brasil em 2000 pelo Ministério da Saúde, a partir de experiências bem-sucedidas no exterior. O objetivo era mudar a cultura no sistema de saúde, fazendo com que o paciente fosse o foco do atendimento — e não a doença.

A iniciativa da medicina humanizada pode até ter surgido no sistema público, porém, o privado também tem muito a ganhar com o conceito. Basta pensar na própria concorrência para se entenderem os motivos. Afinal, apenas um atendimento eficiente pode não ser o suficiente para que os pacientes recomendem uma clínica ou um profissional para outras pessoas.

Isso mesmo: a humanização é o grande diferencial para que o serviço seja lembrado e escolhido pelas pessoas. Elas vão se recordar sempre da atenção que receberam, do quanto suas reclamações foram ouvidas e se foram devidamente orientadas sobre o problema de saúde e a importância do tratamento e da medicação recomendada.

O fato é que todo mundo gosta de ser bem tratado. Isso serve para as relações pessoais, um restaurante, uma loja de carros ou uma clínica médica. A diferença é que, na saúde, as pessoas se encontram em um estado de muito mais fragilidade

e incertezas. E esse atendimento humanizado pode ser uma forma de elas se sentirem mais acolhidas e confortadas em um momento difícil.

Internet: <<https://medicina.ucpel.edu.br>> (com adaptações)

São acentuadas graficamente, de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica, as palavras

- (A) “possível” e “difícil”.
- (B) “porém” e “concorrência”.
- (C) “diagnóstico” e “experiência”.
- (D) “só” e “até”.
- (E) “clínica” e “saúde”.

4. (QUADRIX - 2024)

Texto para a questão.

Projeto dá apoio psicológico a moradores de Palmas por meio de chamada de vídeo

O apoio psicológico prestado em Palmas por meio do projeto Atendimento à Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde será ampliado para o formato online. Quem tiver interesse deve acessar o site da prefeitura de Palmas para responder o formulário de prevenção. Após o cadastro, a equipe do programa entrará em contato com o paciente. A assistência será realizada por chamada de vídeo.

O projeto funciona desde o início da pandemia. O objetivo da ampliação é levar para mais pessoas as orientações e ajuda necessária. Caso haja necessidade, o paciente pode receber apoio contínuo.

A psicóloga do Ambulatório de Saúde Mental Infantil Juvenil, Michelle Prado, explica que em casos de ansiedade e sintomas depressivos é importante procurar apoio médico.

“Estamos vivendo um momento que pode trazer algumas consequências psíquicas. É comum que a gente tenha algum tipo de alteração. É importante procurar ajuda quando essas mudanças estão afetando o funcionamento da vida do paciente. O projeto entra pra avaliar como está a pessoa, entender a necessidade de atendimento e encaminhar até o profissional correto”, disse.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

A palavra “chamada”, que aparece no título do texto, está corretamente grafada com CH, assim como em

- (A) champu.
- (B) enchada.
- (C) acolchoado.
- (D) fachina.
- (E) charope.

CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL, POLÍTICA PARA MULHERES, LEGISLAÇÃO E NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

1. (2026)

A transferência da capital federal para o Planalto Central deve ser compreendida, segundo o texto, como um processo histórico associado à interiorização do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a construção de Brasília, iniciada em 1956 no governo de Juscelino Kubitschek, representou:

- (A) a culminância de um projeto de Estado já presente desde o período imperial e nas primeiras constituições republicanas.
- (B) uma decisão exclusivamente administrativa, sem relação com projetos políticos anteriores.
- (C) a tentativa de concentrar ainda mais a população e a economia brasileiras no litoral.
- (D) a substituição da economia de serviços por uma economia industrial pesada no Centro-Oeste.
- (E) a criação de uma capital planejada para reduzir a integração entre as regiões brasileiras.

2. (2026)

O Plano Piloto de Brasília, desenhado por Lúcio Costa, foi estruturado por dois eixos principais que expressam a lógica urbanística modernista da cidade. Esses eixos correspondem:

- (A) ao Eixo Norte-Sul, de função industrial, e ao Eixo Leste-Oeste, de função portuária.
- (B) ao Eixo Rodoviário, de caráter residencial, e ao Eixo Monumental, de caráter administrativo e político.
- (C) ao Eixo Ferroviário, de função econômica, e ao Eixo Cultural, destinado às cidades-satélites.
- (D) ao Eixo Ambiental, voltado ao Cerrado, e ao Eixo Habitacional, voltado às áreas rurais.
- (E) ao Eixo Metropolitano e ao Eixo Municipal, responsáveis pela autonomia das Regiões Administrativas.

3. (2026)

A concepção modernista do espaço urbano de Brasília valorizou a setorização das funções urbanas. No contexto do texto, essa setorização consistia principalmente:

- (A) na fusão entre áreas residenciais, industriais e rurais para estimular ocupações espontâneas.
- (B) na eliminação de áreas administrativas, para descentralizar totalmente o poder político.
- (C) na definição de áreas específicas para moradia, comércio, lazer e administração, buscando racionalizar a vida cotidiana.
- (D) na priorização de moradias populares no centro monumental, como forma de impedir a segregação urbana.
- (E) na criação de municípios autônomos dentro do Distrito Federal, cada um com prefeito e vereadores.

4. (2026)

A chamada “abertura espacial” do Plano Piloto relaciona-se à escala monumental, à sensação de amplitude e à priorização do fluxo rodoviário. Uma característica urbanística associada a essa lógica foi:

- (A) a predominância de cruzamentos em nível, sem preocupação com o trânsito.
- (B) a eliminação das vias expressas, com prioridade absoluta ao pedestre.
- (C) a concentração de habitações populares no Eixo Monumental.
- (D) a ausência de cruzamentos em nível, com uso de soluções como as tesourinhas.
- (E) a substituição do transporte rodoviário pelo transporte hidroviário.

5. (2026)

O texto evidencia que a construção de Brasília produziu contradições sociais profundas. Os trabalhadores conhecidos como candangos foram fundamentais para a construção da capital, mas muitos deles:

- (A) foram integralmente absorvidos pelo Plano Piloto, conforme previsto originalmente.
- (B) receberam moradias definitivas nas superquadras centrais, sem segregação territorial.
- (C) retornaram imediatamente a seus estados de origem, impedindo a formação de periferias.

AMOSTRA

(D) ocuparam exclusivamente áreas rurais produtivas, sem relação com o crescimento urbano.
(E) passaram a ocupar núcleos urbanos fora do Plano Piloto, diante do alto custo de vida e da insuficiência habitacional.

6. (2026)

As cidades-satélites, atualmente denominadas Regiões Administrativas em muitos contextos institucionais do Distrito Federal, surgiram historicamente relacionadas:

- (A) à necessidade de abrigar populações que não encontravam espaço no centro planejado.
- (B) à criação de municípios independentes no interior do Distrito Federal.
- (C) à implantação de portos secos exclusivamente industriais.
- (D) ao esvaziamento populacional do Entorno goiano e mineiro.
- (E) à substituição do Plano Piloto como capital política do país.

7. (2026)

A dualidade territorial descrita no texto indica a formação de uma estrutura centro-periferia desde os primeiros anos de Brasília. Essa dualidade caracteriza-se pela:

- (A) distribuição homogênea de infraestrutura entre todas as Regiões Administrativas.
- (B) concentração da infraestrutura completa no centro administrativo e crescimento periférico acelerado, muitas vezes carente de serviços básicos.
- (C) inexistência de diferenças entre Plano Piloto, cidades-satélites e municípios do Entorno.
- (D) predominância de serviços públicos de alta complexidade nas áreas rurais.
- (E) autonomia política plena das Regiões Administrativas periféricas.

8. (2026)

A fundação de Brasília alterou a rede urbana do Centro-Oeste brasileiro. Segundo o texto, cidades vizinhas em Goiás e Minas Gerais passaram a:

- (A) perder sua ligação econômica com o Distrito Federal.
- (B) ser incorporadas formalmente como municípios do Distrito Federal.
- (C) orbitar em torno da nova capital, atraindo fluxos migratórios e novas dinâmicas regionais.

- (D) substituir Brasília como centro político nacional.
- (E) manter crescimento demográfico insignificante após a inauguração da capital.

9. (2026)

A ocupação do Planalto Central, impulsionada por Brasília, não foi apenas urbana. O texto associa essa ocupação também:

- (A) à redução da fronteira agrícola e ao isolamento logístico do Centro-Oeste.
- (B) à substituição do transporte terrestre por rotas marítimas no interior do país.
- (C) ao fechamento do Cerrado à produção agropecuária.
- (D) à expansão da fronteira agrícola e à criação de novas rotas logísticas terrestres.
- (E) à eliminação da função geopolítica do Distrito Federal.

10. (2026)

O Distrito Federal está situado em região de chapadões, com altitudes entre 1.000 e 1.200 metros. Conforme o texto, essa condição geográfica contribui para:

- (A) tornar o território inadequado a qualquer forma de ocupação urbana.
- (B) impedir a formação de bacias hidrográficas relevantes.
- (C) eliminar os efeitos da sazonalidade climática.
- (D) reduzir a importância ambiental do Cerrado.
- (E) definir a região como estratégica, inclusive por seu papel de “berço das águas”.

11. (2026)

O Cerrado do Distrito Federal possui vegetação adaptada a extremos ambientais. Troncos retorcidos e raízes profundas cumprem papel relevante porque:

- (A) favorecem a absorção das chuvas de verão e a alimentação dos lençóis freáticos.
- (B) impedem completamente a ocorrência de queimadas na estação seca.
- (C) inviabilizam a existência de biodiversidade no bioma.
- (D) eliminam a dependência de reservatórios para abastecimento humano.
- (E) reduzem a infiltração da água no solo.

FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E MARCOS NORMATIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. (2026)

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS (2012) determina que a garantia de proteção socioassistencial compreende:

I-precedência da proteção social básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal;

II-submissão do usuário a situações de subalternização;

III-reafirmação da assistência social como política de seguridade social e a importância da intersetorialidade com as demais políticas públicas para a efetivação da proteção social.

Completam corretamente o comando da questão apenas os itens:

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) I e III.

(D) II e III.

2. (2026)

Segundo a Norma Operacional/Sistema Único de Assistência Social, NOB/SUAS (2012), a política de assistência social, tem por funções:

(A) Prover proteção à vida, reduzir danos.

(B) Prevenir a incidência de riscos sociais.

(C) Integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS.

(D) Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente.

(E) A proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

3. (2026)

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2012) define diretrizes para a organização da política de assistência social em todo o país.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta **corretamente** um de seus objetivos:

(A) Garantir que a assistência social seja estendida apenas a famílias em situação de extrema pobreza, por meio da oferta de benefícios baseados em contribuição prévia dos beneficiários.

(B) Estruturar a assistência social sob comando central da União, limitando a capacidade de estados e municípios exercerem autonomia na gestão dos serviços e benefícios socioassistenciais.

(C) Formular as normas sobre níveis de organização, formas de articulação e responsabilidades dos entes na oferta de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social.

(D) Estabelecer regras de financiamento voltadas exclusivamente às entidades privadas sem fins lucrativos da rede socioassistencial, contemplando o processo de alocação de recursos.

(E) Condicionar a oferta de serviços socioassistenciais exclusivamente à estrutura disponível nas entidades filantrópicas, deixando de atribuir responsabilidades formais aos entes federados pela garantia dessa oferta.

4. (2025)

Conforme as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), é **correto** afirmar que:

(A) O trabalho social com famílias do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é desenvolvido pela equipe de referência do CRAS e a gestão territorial pelo coordenador do CRAS, auxiliado pela equipe técnica, sendo, portanto, funções exclusivas do poder público e não de entidades privadas de assistência social.

(B) O CRAS é uma unidade pública estatal centralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

(C) A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social

AMOSTRA

detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos.

(D) A referência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social BÁSICA) e garante a proteção especial.

5. (2025)

A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012) reafirma a assistência social como política garantidora de direitos consagrados pela Constituição Federal de 1988; representa uma conquista do Estado, dos gestores, conselhos, trabalhadores, especialistas e também da população brasileira, em especial, daquela atendida pelo SUAS. É um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. Conforme determina o artigo 19 da

NOB/SUAS, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar os respectivos Planos de Assistência Social a cada quatro anos, de acordo com os períodos de elaboração do

- (A) Plano Plurianual – PPA.
- (B) Projeto Preliminar de Gestão – PPG.
- (C) Diagnóstico Socioassistencial – DSA.
- (D) Prognóstico de Prioridades e Metas – PPM.
- (E) Programa de Aprimoramento Continuado – PAC.

6. (2025)

De acordo com a NOB/SUAS, o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais se dará por meio:

- (A) da metade dos recursos destinados ao Benefício de Prestação Continuada e ao Programa Bolsa Família.
- (B) do Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- (C) do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica e do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial.
- (D) do orçamento próprio de Estados e Municípios para a Assistência Social.
- (E) da participação no custeio do pagamento de benefícios eventuais referentes aos respectivos municípios.

7. (2024)

A Assistência Social, desde 1993, percorre um caminho de construção de amplo arcabouço legal, composto por leis, planos e normativas técnicas que sustentam a sua implantação e implementação. Chegando em 2012, a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS delibera sobre o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Firmado entre os entes federados, o Pacto de Aprimoramento é o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS. De acordo com a NOB-SUAS (artigo 41, §1º), o Plano de Apoio decorre do Plano de Providências para a superação de dificuldades dos entes federados na gestão e execução dos serviços e ações do SUAS e contém as ações de acompanhamento, assessoramento técnico e

- (A) financeiro.
- (B) institucional.
- (C) administrativo.
- (D) político.
- (E) jurídico.

8. (2024)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consiste em uma estrutura organizada pelo governo brasileiro para garantir a proteção social aos cidadãos. Trata-se de um dos objetivos fundamentais do SUAS:

- (A) Visar transferência de renda para as famílias em situação de pobreza.
- (B) Promover assistência social como benefício temporário e condicionado à busca por emprego.
- (C) Propor sistema por meio do qual a participação social está condicionada às decisões centralizadas no governo federal.
- (D) Propiciar universalização dos direitos sociais, ampliação da cobertura e aprimoramento da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios.

DIREITOS, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

1. (2026)

Sobre os princípios e diretrizes da Lei Federal nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. A proteção integral implica reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, exigindo políticas públicas articuladas e prioridade absoluta.

II. A prioridade absoluta compreende proteção especial em processos judiciais, acesso preferencial a serviços públicos e preferência orçamentária na formulação de políticas.

III. A prioridade absoluta significa que o interesse da criança sempre prevalecerá sobre qualquer outro direito constitucionalmente garantido, inclusive quando houver colisão com a segurança jurídica ou com direitos de terceiros.

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas III está correta.
- (D) Apenas II e III estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

2. (2026)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, é a principal norma brasileira que visa à proteção integral de crianças e adolescentes. Um dos princípios fundamentais que permeiam o ECA é o da prioridade absoluta, um conceito basilar para a efetivação dos direitos previstos.

Sobre o princípio da prioridade absoluta, qual das afirmações abaixo está **CORRETA** de acordo com o ECA?

- (A) Refere-se à garantia de que apenas crianças e adolescentes vítimas de violência comprovada terão acesso prioritário aos serviços de saúde e educação, sem que essa prioridade se estenda a outras situações.
- (B) Determina que a prioridade absoluta se aplica somente às crianças até 6 anos de idade, perdendo a validade com o avanço da idade do adolescente, que passa a ser responsa-

bilizado por suas próprias necessidades.

(C) Implica que a criança e o adolescente devem ser os primeiros a receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, tendo precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à infância e adolescência.

(D) Significa que o Poder Público é o único responsável pela proteção integral, desobrigando a família e a comunidade de qualquer dever de prioridade em relação à criança e ao adolescente.

(E) Estabelece que a prioridade de atendimento e recursos para crianças e adolescentes é condicionada à disponibilidade orçamentária geral do Estado, sem que haja uma destinação específica e privilegiada.

3. (2025)

Conforme o parágrafo único do Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), é assegurada, como garantia de prioridade:

- (A) a formulação de políticas sociais, sem a participação das crianças e adolescentes.
- (B) a primazia de proteção e socorro dependendo das circunstâncias.
- (C) a destinação privilegiada de recursos públicos às áreas relacionadas à proteção da infância e juventude.
- (D) a precedência de atendimento apenas nos serviços considerados relevantes.
- (E) a manutenção de registros por meio de prontuários individuais.

4. (2024)

As decisões acerca de crianças e adolescentes atendidos em serviços de acolhimento devem garantir-lhes o direito de ter sua opinião considerada. O direito à escuta, viabilizada por meio de métodos condizentes com seu grau de desenvolvimento, deve ser garantido nas diversas decisões que possam repercutir sobre seu desenvolvimento e sua trajetória de vida, envolvendo:

I. Desde a identificação de seu interesse pela participação em atividades na comunidade.

II. Até mudanças relativas à sua situação familiar ou desligamento do serviço de acolhimento.

Está **CORRETO** o que se afirma:

- (A) Apenas no item I.
- (B) Apenas no item II.
- (C) Em ambos os itens.
- (D) Em nenhum dos itens.

5. (2024)

De acordo com a proteção da criança e do adolescente tutelada pela legislação pátria, sobretudo o que está previsto na Lei nº 10.406/2002, avalie as proposições a seguir.

I- De acordo com o Código Civil Brasileiro, não podem casar: o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.

II- Não será permitido, em qualquer caso, o casamento de quem não atingiu a idade núbil.

III- O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II apenas.

6. (2024)

Analise as afirmativas abaixo a respeito dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

I. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade e à convivência familiar e comunitária.

II. O atendimento à saúde da criança e do ado-

lescente é de responsabilidade exclusiva do sistema público de saúde.

III. É garantido o acesso à educação básica gratuita a todas as crianças e adolescentes, independente da condição socioeconômica.

IV. A criação de programas de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco é facultativa aos municípios.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.

7. (2023)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar, **EXCETO**:

(A) Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

(B) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

(C) Criança, para os efeitos desta Lei, é a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

(D) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

(E) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

8. (2023)

PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E INSTRUMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS DO DISTRITO FEDERAL

1. (2026)

Nos termos do art. 1º da Lei nº 7.009/2021, o Cartão Prato Cheio foi instituído como programa destinado a:

- (A) amparar famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- (B) financiar aluguel residencial emergencial.
- (C) conceder gás liquefeito de petróleo a famílias de baixa renda.
- (D) promover capacitação ambiental de catadores.
- (E) custear despesas funerárias de famílias vulneráveis.

2. (2026)

Conforme o art. 2º da Lei nº 7.009/2021, o benefício do Cartão Prato Cheio é concedido por meio de:

- (A) saque mensal em espécie.
- (B) crédito para aquisição de gêneros alimentícios.
- (C) depósito em poupança bloqueada.
- (D) desconto tarifário em serviços públicos.
- (E) repasse para pagamento de aluguel.

3. (2026)

De acordo com o art. 2º, § 1º, da Lei nº 7.009/2021, as concessões do Cartão Prato Cheio dependem de:

- (A) aprovação judicial prévia.
- (B) contratação de seguro social.
- (C) disponibilidade orçamentária específica.
- (D) autorização do Conselho Tutelar.
- (E) contribuição mensal do beneficiário.

4. (2026)

Segundo o art. 2º, § 4º, da Lei nº 7.009/2021, acrescido pela Lei nº 7.294/2023, o prazo para utilização do crédito do Cartão Prato Cheio, a partir da concessão, não pode ser inferior a:

- (A) 3 meses.
- (B) 6 meses.
- (C) 9 meses.

(D) 12 meses.

(E) 24 meses.

5. (2026)

Conforme o art. 2º, § 5º, da Lei nº 7.009/2021, acrescido pela Lei nº 7.294/2023, é proibida a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio para aquisição de:

- (A) frutas e verduras.
- (B) arroz e feijão.
- (C) leite e cereais.
- (D) carnes e ovos.
- (E) bebida alcoólica, cigarro ou produto sem natureza estritamente alimentar.

6. (2026)

Nos termos do art. 3º da Lei nº 7.009/2021, o crédito do Cartão Prato Cheio possui a característica de ser:

- (A) intransferível.
- (B) livremente negociável.
- (C) acumulável por terceiros.
- (D) transferível entre familiares.
- (E) conversível em dinheiro.

7. (2026)

Conforme o art. 4º da Lei nº 7.009/2021, cabe ao Banco de Brasília, no âmbito do Cartão Prato Cheio:

- (A) definir os critérios de renda.
- (B) confeccionar e carregar os cartões solicitados pela Sedes/DF.
- (C) selecionar diretamente todos os beneficiários.
- (D) fiscalizar domicílios dos usuários.
- (E) regulamentar o valor do benefício por portaria.

AMOSTRA

8. (2026)

De acordo com o art. 5º da Lei nº 7.009/2021, a coordenação, gestão e operacionalização do Cartão Prato Cheio cabem à:

- (A) Secretaria de Estado de Economia.
- (B) Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (C) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.
- (D) Defensoria Pública do Distrito Federal.
- (E) Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

9. (2026)

Nos termos do art. 6º da Lei nº 7.009/2021, o Poder Executivo deve promover ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência, dos:

- (A) contratos privados dos mercados credenciados.
- (B) relatórios bancários sigilosos.
- (C) dados pessoais sensíveis dos dependentes.
- (D) critérios de concessão, lista de beneficiários e recursos investidos.
- (E) nomes dos servidores responsáveis por cada cartão.

10. (2026)

Segundo o art. 2º do Decreto nº 42.873/2021, o Programa Prato Cheio é concedido por meio de crédito no valor de:

- (A) R\$ 60,00.
- (B) R\$ 100,00.
- (C) R\$ 150,00.
- (D) R\$ 200,00.
- (E) R\$ 250,00.

11. (2026)

Conforme o art. 2º, § 1º, I, do Decreto nº 42.873/2021, um dos critérios para concessão do Programa Prato Cheio é possuir renda familiar per capita:

- (A) igual ou inferior a meio salário mínimo.
- (B) igual ou inferior a três salários mínimos.
- (C) superior a meio salário mínimo.
- (D) igual a um salário mínimo integral.
- (E) limitada a R\$ 70,00.

12. (2026)

De acordo com o art. 2º, § 1º, II, do Decreto nº 42.873/2021, o beneficiário do Programa Prato Cheio deve estar em:

- (A) situação de inadimplência fiscal.
- (B) processo de habilitação habitacional.
- (C) situação de insegurança alimentar.
- (D) cumprimento de medida socioeducativa.
- (E) contrato de trabalho formal.

13. (2026)

Conforme o art. 2º, § 1º, III, do Decreto nº 42.873/2021, é critério para concessão do Prato Cheio estar inscrito:

- (A) exclusivamente em cadastro municipal.
- (B) no Cadastro Único ou no Sistema de Informação da Sedes/DF.
- (C) apenas no cadastro da Receita Federal.
- (D) no cadastro eleitoral distrital.
- (E) em associação comunitária credenciada.

14. (2026)

Segundo o art. 2º, § 2º, I, do Decreto nº 42.873/2021, com redação alterada pelo Decreto nº 48.095/2025, são priorizadas, em primeiro lugar:

- (A) famílias com pessoas idosas.
- (B) famílias com pessoas com deficiência.
- (C) famílias com crianças de 0 a 6 anos.
- (D) famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Grave.
- (E) famílias monoparentais chefiadas por homens.

15. (2026)

Nos termos do art. 2º, § 2º, VI, do Decreto nº 42.873/2021, acrescido pelo Decreto nº 48.095/2025, inclui-se entre os grupos prioritários:

- (A) servidores públicos aposentados.
- (B) estudantes universitários de baixa renda.
- (C) trabalhadores formais desempregados há menos de 30 dias.
- (D) famílias com renda superior a um salário mínimo.
- (E) população em situação de rua, com Plano Individual de Acompanhamento, em processo de saída de rua.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

